



Estratégia
Carreira Jurídica

1º Simulado Juiz Substituto

TJ MS



INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da TJ - MS;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil das últimas bancas organizadoras de certames de Procuradorias;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-TJ-MS-23-11>

Cartão de Respostas							
1		21		41		61	81
2		22		42		62	82
3		23		43		63	83
4		24		44		64	84
5		25		45		65	85
6		26		46		66	86
7		27		47		67	87
8		28		48		68	88
9		29		49		69	89
10		30		50		70	90
11		31		51		71	91
12		32		52		72	92
13		33		53		73	93
14		34		54		74	94
15		35		55		75	95
16		36		56		76	96
17		37		57		77	97
18		38		58		78	98
19		39		59		79	99
20		40		60		80	100

PROVA OBJETIVA**DIREITO CIVIL**

01. Serão registrados em registro público, exceto:

- a) os nascimentos, casamentos e óbitos.
- b) a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz.
- c) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa.
- d) os atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.
- e) a sentença declaratória de ausência e de morte presumida.

02. Com relação à desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa que não corresponde ao entendimento do STJ:

- a) A desconsideração da personalidade jurídica não visa à sua anulação, mas somente objetiva desconsiderar, no caso concreto, dentro de seus limites, a pessoa jurídica, em relação às pessoas ou bens que atrás dela se escondem, com a declaração de sua ineficácia para determinados efeitos, prosseguindo, todavia, incólume para seus outros fins legítimos.
- b) O Código de Processo Civil de 2015 inovou no assunto prevendo e regulamentando procedimento próprio para a operacionalização do instituto de inquestionável relevância social e instrumental, que colabora com a recuperação de crédito, combate à fraude, fortalecendo a segurança do mercado, em razão do acréscimo de garantias aos credores, apresentando como modalidade de intervenção de terceiros.
- c) A inexistência ou não localização de bens da pessoa jurídica é condição suficiente para a instauração do procedimento que objetiva a desconsideração, por não ser sequer requisito para aquela declaração, já que imprescindível a demonstração específica da prática objetiva de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial.
- d) Nas causas em que a relação jurídica subjacente ao processo for cível-empresarial, a desconsideração da personalidade da pessoa

jurídica será regulada pelo art. 50 do Código Civil, nos casos de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial.

e) Os pressupostos da desconsideração da personalidade jurídica continuam a ser estabelecidos por normas de direito material, cuidando o diploma processual tão somente da disciplina do procedimento. Assim, os requisitos da desconsideração variarão de acordo com a natureza da causa, seguindo-se, entretanto, em todos os casos, o rito procedimental proposto pelo diploma processual.

03. As condições impossíveis, quando resolutivas:

- a) Invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados.
- b) São nulas de pleno direito.
- c) São tidas por inexistentes, assim como as de não fazer coisa impossível.
- d) São válidas, mas ineficazes.
- e) Subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

04. João era tutor de Maria, quando ofendeu gravemente à honra da menina, em 2010. Em 2018, Maria completou 18 anos, encerrando-se a tutela. Nessa situação, com base no Código Civil, o direito de Maria pedir a reparação civil de João:

- a) é imprescritível, em razão da ofensa à direito da personalidade.
- b) prescreveu em 2013.
- c) prescreveu em 2015.
- d) prescreverá em 2028.
- e) prescreverá em 2021.

05. No que se refere ao pagamento, assinale a alternativa correta:

- a) O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, sub-rogando-se nos direitos do credor.
- b) O pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é válido, ainda provado depois que não era credor.
- c) Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, salvo se o credor se opuser.
- d) O pagamento feito por terceiro, com desconhecimento ou oposição do devedor, obriga a reembolsar aquele que pagou, se o devedor tinha meios para ilidir a ação.
- e) Não terá eficácia o pagamento que importar transmissão da propriedade, ainda quando feito por quem possa alienar o objeto em que ele consistiu.

06. Quando, em virtude de obrigação nova, outro credor é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este, tem-se:

- a) Compensação.
- b) Novação.
- c) Sub-rogação.
- d) Dação em pagamento.
- e) Confusão.

07. Com relação aos contratos de fiança, e com base no entendimento do STJ, considere os seguintes enunciados:

- I - O contrato de fiança deve ser interpretado restritivamente, de modo que a responsabilidade dos fiadores se resume aos termos do pactuado no ajuste original, com o qual expressamente consentiram.
- II - O fiador na locação responde por obrigações resultantes de aditamento ao qual não anuiu.
- III - A fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges implica a ineficácia total da garantia.

IV - A fiança prestada por fiador convivente em união estável, sem a outorga uxória do outro companheiro, é anulável.

- a) I, II, III e IV estão corretos.
- b) I, II e III estão corretos.
- c) I, III e IV estão corretos.
- d) I e III estão corretos.
- e) III e IV estão corretos.

08. Quanto aos contratos, assinale a alternativa incorreta:

- a) A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.
- b) O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de noventa dias se a coisa for móvel, e de um ano se for imóvel, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade.
- c) Quando o vício, por sua natureza, só puder ser conhecido mais tarde, o prazo contar-se-á do momento em que dele tiver ciência, até o prazo máximo de cento e oitenta dias, em se tratando de bens móveis; e de um ano, para os imóveis.
- d) Tratando-se de venda de animais, os prazos de garantia por vícios ocultos serão os estabelecidos em lei especial, ou, na falta desta, pelos usos locais, aplicando-se o disposto no parágrafo antecedente se não houver regras disciplinando a matéria.
- e) A responsabilidade do alienante subsiste ainda que a coisa pereça em poder do alienatário, se perecer por vício oculto, já existente ao tempo da tradição.

09. Caio outorgou a Tício mandato, por meio de escritura pública, a qual foi omissa quanto à possibilidade de substabelecer. No entanto, Tício, por meio de instrumento particular, substabeleceu os poderes que a ela tinham sido outorgados a Mévio, que praticou atos em nome de Caio. Nessa situação:

- a) o substabelecimento é válido, e Tício responderá por eventuais atos culposos praticados por Mévio.
- b) o substabelecimento é válido, e Tício não responderá por eventuais atos culposos praticados por Mévio.
- c) o substabelecimento é inválido, e Tício não responderá por eventuais atos culposos praticados por Mévio.
- d) o substabelecimento é válido, e Tício responderá por todos os atos praticados por Mévio, independente de culpa.
- e) o substabelecimento é inválido, uma vez que era exigido, necessariamente, instrumento público.

10. Bentinho conduzia seu veículo quando atropelou Rosinha, pedestre, causando-lhe graves ferimentos que a impediram de trabalhar durante vários dias. Logo após o acidente, a polícia realizou “teste do bafômetro” em Bentinho, tendo sido constatada a presença de 0,80 mg/l (oitenta miligramas de álcool por litro de ar). Pouco tempo depois, Rosinha ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais contra Bentinho. Com base nessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) A inobservância das normas de trânsito não deve repercutir na responsabilização civil do infrator.
- b) A responsabilidade extracontratual advinda do acidente de trânsito não é capaz de pressupor uma conduta culposa.
- c) A condução de veículo em estado de embriaguez, por si só, não representa o descumprimento do dever de cuidado e de segurança no trânsito.
- d) Para o propósito de se identificar a conduta imprudente, negligente ou inábil dos agentes que atuam no trânsito, revela-se dispensável analisar quais são os comportamentos esperados e mesmo impostos àqueles, estabelecidos nas normas de trânsito, especificadas no CTB.

e) Em ação destinada a apurar a responsabilidade civil decorrente de acidente de trânsito, presume-se culpado o condutor de veículo automotor que se encontra em estado de embriaguez, cabendo-lhe o ônus de comprovar a ocorrência de alguma excludente do nexo de causalidade.

11. São direitos do multiproprietário, exceto:

- a) usar o imóvel, bem como suas instalações, equipamentos e mobiliário, conforme seu destino e natureza.
- b) usar e gozar, durante o período correspondente à sua fração de tempo, do imóvel e de suas instalações, equipamentos e mobiliário.
- c) ceder a fração de tempo em locação ou comodato.
- d) alienar a fração de tempo, por ato entre vivos ou por causa de morte, a título oneroso ou gratuito, ou onerá-la, devendo a alienação e a qualificação do sucessor, ou a oneração, ser informadas ao administrador.
- e) participar e votar, pessoalmente ou por intermédio de representante ou procurador, desde que esteja quite com as obrigações condominiais, em assembleia geral do condomínio em multipropriedade.

12. O usufruto:

- a) pode recair em um ou mais bens móveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades.
- b) pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades.
- c) pode recair em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, sem, contudo, abranger os frutos e utilidades.
- d) pode recair em um ou mais bens imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, sem, contudo, abranger os frutos e utilidades.
- e) pode recair em um ou mais bens imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe, no todo ou em parte, os frutos e utilidades.

13. Com relação ao testamento, assinale a alternativa correta:

- a) Podem testar os maiores de dezoito anos.
- b) Extingue-se em três anos o direito de impugnar a validade do testamento, contado o prazo da data do seu registro.
- c) São válidas as disposições testamentárias de caráter não patrimonial, salvo se o testador somente a elas se tenha limitado.
- d) A legítima dos herdeiros necessários poderá ser incluída no testamento.
- e) A incapacidade superveniente do testador não invalida o testamento, nem o testamento do incapaz se valida com a superveniência da capacidade.

14. Bruno e Bruna eram casados e decidiram se divorciar. No acordo de divórcio, celebrado em 2008, foi ajustado que Bruno pagaria pensão alimentícia em favor de Bruna durante o prazo de 48 meses. Após isso, a obrigação alimentar estaria extinta. No entanto, Bruno continuou, todos os meses, depositando o valor da pensão na conta bancária de Bruna, durante 10 anos. Em 2018, ele disse para a ex esposa que não mais iria pagar a pensão alimentícia, a qual, inconformada, ajuizou execução contra Bruno. Essa ação deverá ser julgada:

- a) procedente, em razão da surrectio.
- b) procedente, em razão da supressio.
- c) improcedente, pois ausente relação obrigacional.
- d) improcedente, diante da inexistência de coisa julgada.
- e) procedente, pois amparada em título judicial.

15. Segundo o Estatuto do Idoso, é correto afirmar:

- a) Em todo atendimento de saúde, os maiores de setenta anos terão preferência especial sobre os demais idosos, exceto em caso de emergência.
- b) Aos idosos, a partir de sessenta anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o

benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas.

c) Aos maiores de sessenta e cinco anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

d) No caso das pessoas compreendidas na faixa etária entre sessenta e cinco anos e setenta anos, ficará a critério da legislação local dispor sobre as condições para exercício da gratuidade nos meios de transporte.

e) É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de três por cento das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Com base no Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), responda às seguintes perguntas.

16. Assinale a alternativa correta:

- a) O rol de princípios elencados nos artigos iniciais do Código de Processo Civil é exaustivo.
- b) Com a constitucionalização do direito processual civil, o contraditório, atualmente, é composto pelo trinômio: ciência, reação e poder de influenciar as decisões do juiz.
- c) A Administração Pública pode se submeter à arbitragem, podendo escolher que ela seja resolvida pelo direito ou pela equidade, bem como pode optar pela publicidade ou pelo sigilo.
- d) Em determinado processo, o juiz não decretou a nulidade existente no processo e requerida pelo réu, mas julgou o mérito a favor do próprio réu. Nesse caso, o juiz desrespeitou as regras do novo Código de Processo Civil.
- c) O Código de Processo Civil prevê a identidade física do juiz.

17. Assinale a alternativa correta:

a) De acordo com o Código de Processo Civil de 2015, são condições da ação: interesse de agir, legitimidade ad causam e possibilidade jurídica do pedido.

b) O modelo cooperativo, que atende à nova ordem do processo civil no Estado constitucional, propõe que o juiz seja assimétrico no decidir e na condução do processo.

c) É possível proferir decisão sem ouvir o réu em algumas hipóteses, como, por exemplo, em ações possessórias, tutelas provisórias de urgência e tutela de evidência quando as alegações de fato estiverem de acordo com julgamento de casos repetitivos.

d) O prazo de vacatio legis do novo Código de Processo Civil foi de um ano decorrido da data de sua publicação, entrando em vigor no dia 17/03/2016.

e) Os processos sujeitos a sentença terminativa sem resolução de mérito ficam excluídos da regra que determina a ordem cronológica de conclusão para a sentença.

18. Assinale a alternativa correta.

a) sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 485 e 487, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.

b) Para a existência do processo é indispensável a citação do réu ou do executado.

c) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando apenas a lei autorizar.

d) As provas requeridas ou determinadas de ofício antes do início da vigência do NCPC, mas produzidas depois, respeitam as disposições do NCPC.

e) A coisa julgada de questão prejudicial (art. 503, §1º, CPC) aplica-se aos processos iniciados sob a vigência do CPC/73, mas sentenciados já na vigência do novo Código de Processo Civil.

19. Marque a alternativa correta:

a) A prescrição só poderá ser analisada pelo juiz de primeiro grau. Caso não seja reconhecida na

sentença, está precluso o direito de retomar tal discussão.

b) Segundo o princípio da inafastabilidade da jurisdição, o magistrado está limitado, na sua decisão, aos fatos jurídicos alegados e ao pedido formulado.

c) A citação válida induz litispendência, torna litigiosa a coisa, constitui em mora o devedor, interrompe a prescrição e torna prevento o juízo.

d) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito.

e) A incompetência relativa somente pode ser arguida por meio de exceção, não podendo o juiz, em hipótese alguma, declinar de ofício da competência em razão do lugar.

20. Assinale a alternativa incorreta.

a) A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.

b) O simples fato de alguém ter alienado seus bens após a citação, no processo de conhecimento, já caracteriza plenamente a fraude de execução, sejam os bens passíveis de registro ou não.

c) Compete à Justiça Federal processar e julgar execução fiscal promovida por conselho de fiscalização profissional.

d) Embora o STJ possua orientação de que constitui mera detenção a ocupação por particular de área pública sem autorização expressa e legítima do titular do domínio, entende cabível o manejo dos interditos possessórios em face de outros particulares para a defesa da posse.

e) É cabível ação monitória contra a Fazenda Pública.

21. Marque a alternativa correta.

a) A intervenção de ente federal, a título de amicus curiae, desloca a competência para a Justiça Federal.

b) quando a prova pericial requerida pelo MP não seja realizada por entidade pública, não caberá à Fazenda Pública, mas sim ao próprio MP, adiantar os custos respectivos, desde que haja previsão orçamentária.

c) o magistrado poderá punir os membros da Defensoria Pública, Ministério Público, Advocacia Pública e Advocacia Privada por ato atentatório à dignidade da justiça se descumprirem os comandos jurisdicionais.

d) Instaura-se o incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.

e) A gratuidade garante a isenção de custas, taxas e despesas processuais, mas não de emolumentos.

22. Marque a alternativa incorreta:

a) A tutela provisória de urgência, antecipada ou cautelar, poderá ser concedida em caráter antecedente ou incidentalmente.

b) O réu que não comparecer injustificadamente a audiência de conciliação ou mediação designada pelo juiz não será considerado revel, mas lhe será aplicada multa por ato atentatório à dignidade da justiça.

c) Após as providências preliminares de saneamento, se o juiz decidir parte do mérito da causa antecipadamente, a cognição é exauriente e o recurso cabível será o agravo de instrumento, independentemente de a decisão ter sido líquida ou ilíquida.

d) O prazo dobrado para a Advocacia Pública se aplica em todos os procedimentos, salvo se houver previsão específica em sentido contrário, a exemplo dos prazos nos juizados especiais e do prazo de 30 dias para embargar a execução.

MP deixou de apresentar parecer após o prazo legal que possuía para se manifestar como fiscal da ordem jurídica. Nessa situação, o juiz deverá

requisitar os autos e dar andamento ao processo mesmo sem a referida manifestação.

e) Nas provas orais produzidas em audiência, devem ser ouvidos, obrigatoriamente, nesta ordem: o perito e os assistentes técnicos; o autor e o réu que prestarem depoimentos pessoais; as testemunhas arroladas pelo autor e, por último, as testemunhas arroladas pelo réu.

23. Marque a alternativa incorreta:

a) A tutela de evidência será concedida, independente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.

b) A parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se a sentença lhe for desfavorável.

c) Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.

d) A gravação da audiência pode ser realizada diretamente por qualquer das partes, independentemente de autorização judicial.

e) A produção antecipada da prova requerida antes do ajuizamento da demanda principal será utilizada somente na hipótese de o autor provar que o prévio conhecimento dos fatos é imprescindível para o ajuizamento de ação.

Art. 367, §6º. A gravação a que se refere o § 5º também pode ser realizada diretamente por qualquer das partes, independentemente de autorização judicial.

24. A resposta incorreta, conforme o NCPC e jurisprudência dos Tribunais Superiores, é:

a) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

b) Quando a sentença contiver condenação ilíquida ao pagamento de quantia, terá lugar o arbitramento, se assim exigir a natureza do objeto da liquidação. Se a sentença precisar de apenas cálculos aritméticos, não haverá liquidação, pois sentença já será considerada líquida.

c) Os embargos à execução serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, aplicando-se, no caso, o art. 229 – prazo em dobro para litisconsórcios.

d) Incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório.

e) Não é possível a penhora do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS para o pagamento de honorários de sucumbência.

25. Considerando a jurisprudência sobre o NCPC, a resposta incorreta é:

a) Os novos julgadores convocados na forma do art. 942 do CPC/2015 poderão analisar todo o conteúdo das razões recursais, não se limitando à matéria sobre a qual houve divergência.

b) O rol do art. 1.015, CPC é de taxatividade mitigada, admitindo-se a interposição do agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

c) O art. 85, § 7º, do CPC/2015 não afasta a aplicação do entendimento consolidado na Súmula 345 do STJ, de modo que são devidos honorários advocatícios nos procedimentos individuais de cumprimento de sentença decorrente de ação coletiva, ainda que não impugnados e promovidos em litisconsórcio.

d) Segundo o STJ, a concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige apenas dois requisitos: a presença de laudo médico fundamentado sobre a ineficácia dos fármacos fornecidos pelo SUS, bem como existência de

registro na ANVISA. O STF, porém, permite que haja concessão de medicamentos mesmo sem registro na ANVISA, desde que se comprove mora irrazoável da autarquia.

e) Os créditos das autarquias federais preferem aos créditos da Fazenda estadual desde que coexistam penhoras sobre o mesmo bem.

26. A resposta correta, conforme o NCPC e jurisprudência dos Tribunais Superiores, é:

a) Depois de distribuída a ação, o autor requereu o aditamento da petição inicial para formular pedido de compensação por danos morais. De acordo com o Código de Processo Civil, a alteração do pedido ou da causa de pedir depende do consentimento do réu, se já tiver sido feita a citação, e não poderá ocorrer após o saneamento do processo. Se o autor quisesse desistir da petição inicial, poderia fazê-lo, sem consentimento do réu até o oferecimento da contestação.

b) No cumprimento voluntário de sentença, o executado tem 15 dias corridos para pagar, podendo ser duplicado nos casos de litisconsortes cujos advogados sejam de escritórios distintos.

c) É necessário ratificar o recurso especial interposto na pendência do julgamento dos embargos de declaração quando inalterado o julgamento anterior.

d) É cabível reclamação para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.

e) A existência de título executivo extrajudicial impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.

27. Segundo o NCPC, é incorreto afirmar:

a) Quando se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, o juiz deve oficiar o Ministério Público, a Defensoria Pública e, na medida do possível, outros legitimados a que se referem o art. 5o da Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, e o art. 82 da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, para, se for o caso, promover a propositura da ação coletiva respectiva.

b) Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

c) A impenhorabilidade dos vencimentos não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais.

d) A propositura de manutenção de posse, ao invés de reintegração, não obsta que o juiz conheça desta e outorgue a respectiva proteção legal, se provados os seus requisitos, podendo deferir liminar depois de ouvido o poder público.

e) As astreintes poderão ser fixadas na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, necessitando, para tanto, de requerimento da parte.

28. Assinale a alternativa incorreta:

a) Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.

b) Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

c) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso. Porém, a desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e

daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

d) Uma vez interposta apelação, o juiz deve intimar o apelado para apresentar contrarrazões. Transcorrido o prazo de 15 dias, e não havendo interposição de apelação adesiva, deve remeter os autos ao tribunal, independentemente do juízo de admissibilidade.

e) O IRDR poderá ser instaurado quando houver efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito, de que possa resultar prejuízo à isonomia e à segurança jurídica.

29. Assinale a assertiva que representa posição dos Tribunais Superiores a respeito do NCPC e da Tutela Coletiva:

a) Se a ação civil pública proposta pelo Ministério Público for julgada procedente, não cabe condenação em honorários advocatícios, por ser verba destinada a advogado.

b) Não há litisconsórcio passivo necessário entre o agente público e os terceiros beneficiados com o ato ímprobo, sendo viável que a ação civil por improbidade seja proposta exclusivamente contra os particulares, sem concomitante presença do agente público no polo passivo da demanda.

c) A legitimidade da Defensoria Pública para a tutela coletiva se restringe à proteção daquelas pessoas carentes de recursos econômicos.

d) O benefício do prazo em dobro aplica-se à defesa do ente público em sede de ação popular.

e) A ação de improbidade deve ser ajuizada e processada nas instâncias ordinárias, salvo se a conduta ímproba tiver sido praticada por agente público com foro privilegiado.

30. De acordo com a jurisprudência dominante nos Tribunais Superiores a respeito do mandado de segurança e de ações coletivas,

a) o termo inicial do prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança, na hipótese de exclusão do candidato do concurso público nas hipóteses em que causa de pedir envolva questionamento de critério do edital, é contado a partir da publicação de referido edital.

b) é competente o Tribunal de Justiça para conhecer de mandado de segurança contra ato do juizado especial.

c) a impetração de segurança por terceiro, contra ato judicial, é condicionada a interposição de recurso.

d) a legitimidade das associações para representar os interesses dos associados em ações coletivas depende de autorização expressa dos associados, salvo no que diz respeito ao mandado de segurança coletivo, que independe de autorização.

e) ajuizada ação coletiva atinente a macrolide geradora de processos multitudinários, não se suspendem as ações individuais no aguardo do julgamento da ação coletiva.

DIREITO DO CONSUMIDOR

31. No que diz respeito ao Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta:

a) O Código de Defesa do Consumidor define o consumidor como toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário, ainda que intermediário.

b) As normas contidas no Código de Defesa do Consumidor são definidas como normas dispositivas.

c) A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo.

d) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, gratuito ou remunerado, inclusive as de natureza bancária, financeira, de

crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

e) O fornecedor de produtos e serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado de consumo, tiver conhecimento da periculosidade que apresentem, deverá comunicar o fato imediatamente às autoridades públicas, e essas deverão emitir alertas aos consumidores, mediante anúncios publicitários.

32. Rosa comprou um telefone celular e, durante o seu uso normal, o aparelho explodiu, lesionando sua filha Rosinha de vinte anos que o estava segurando. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta quanto à responsabilidade do fornecedor.

a) O fornecedor não deverá reparar os danos, caso ele comprove a inexistência de culpa pelo defeito do aparelho.

b) O fornecedor não é responsável pelas lesões na filha de Rosa, pois o celular não foi adquirido por ela, não sendo, portanto, considerada consumidora, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

c) Houve dano causado por vício do produto, devendo o fornecedor reparar os danos materiais e morais de Rosa e sua filha.

d) O fornecedor é responsável pelo fato de produto, a respeito do qual Rosa terá 90 dias para reclamar.

e) O fornecedor é responsável pelo fato do produto, pois o aparelho se apresentou defeituoso, causando danos à segurança dos consumidores.

33. Configuram práticas abusivas nas relações entre consumidores e fornecedores, exceto:

a) aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido.

b) recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais.

c) permitir o ingresso em estabelecimentos comerciais ou de serviços de um número maior de consumidores que o fixado pela autoridade administrativa como mínimo.

d) deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério.

e) elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços.

34. Assinale a alternativa que contraria o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

a) A utilização de escore de crédito, método estatístico de avaliação de risco que não constitui banco de dados, dispensa o consentimento do consumidor, que terá o direito de solicitar esclarecimentos sobre as informações pessoais valoradas e as fontes dos dados considerados no respectivo cálculo.

b) É dispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.

c) Na hipótese de resolução de contrato de promessa de compra e venda de imóvel submetido ao Código de Defesa do Consumidor, deve ocorrer a imediata restituição das parcelas pagas pelo promitente comprador - integralmente, em caso de culpa exclusiva do promitente vendedor/construtor, ou parcialmente, caso tenha sido o comprador quem deu causa ao desfazimento.

d) A recusa de cobertura securitária, sob a alegação de doença preexistente, é lícita se não houve a exigência de exames médicos prévios à contratação ou a demonstração de má-fé do segurado.

e) O Ministério Público possui legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do DPVAT em benefício do segurado.

35. Com relação à defesa do consumidor em juízo, assinale a alternativa incorreta:

a) Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

b) É vedado ao juiz conceder a tutela específica da obrigação liminarmente ou após justificação prévia.

c) Para a tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz determinar as medidas necessárias, tais como busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, desfazimento de obra, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial.

d) Nas ações coletivas de que trata este código não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogados, custas e despesas processuais.

e) Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

36. Considere as seguintes assertivas acerca da evolução histórica do Direito da Criança e do Adolescente:

- I. Com a transição da doutrina da Situação Irregular para a doutrina da Proteção Integral, cujo marco é a entrada em vigor da Constituição da República de 1988 e a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, foram ampliados os poderes normativos do Juízo da Vara da Criança e do Adolescente, anteriormente denominado como “Juízo de Menores”
- II. A doutrina tradicional estabelece três fases históricas relativas ao tratamento dos jovens pela legislação: a doutrina da absoluta indiferença, a doutrina da situação irregular e a doutrina da proteção integral.
- III. O primeiro mecanismo de Direito Internacional que tratou especificamente dos direitos das crianças foi a Convenção para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças aprovada em 1921.
- IV. A Constituição da República de 1934 foi a primeira a prever expressamente a proteção aos direitos da juventude.

- a) I, III e IV.
- b) I, II, III e IV.
- c) II, III e IV.
- d) I, II e III.
- e) II e III.

37. Assinale a alternativa em conformidade com a Lei 12.594/2012:

- a) Compete à União criar, desenvolver e manter programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação.
- b) Ao Conselho Nacional Dos Direitos da Criança e do Adolescente compete as funções executiva e de gestão do Sinase.
- c) O Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo será submetido à Deliberação pela Secretaria de Educação Estadual.

d) Compete aos Estados estabelecer diretrizes sobre a organização e funcionamento das unidades e programas de atendimento e as normas de referência destinadas ao cumprimento das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.

e) A União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, realizará avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo em intervalos não superiores a 3 anos.

38. Pedro, adolescente, cumpria medida socioeducativa de internação quando praticou ato infracional de natureza grave nas dependências da entidade de atendimento em que cumpria medida socioeducativa. Por esse motivo, a autoridade, após a devida apuração, aplicou medida isolamento ao adolescente. Nesse caso, pode-se afirmar que:

a) É possível, em tese, a aplicação de medida de isolamento a adolescente, desde que seja essa imprescindível para garantia da segurança de outros internos ou do próprio adolescente a quem seja imposta a sanção, sendo necessária ainda comunicação ao defensor, ao Ministério Público e à autoridade judiciária em até 24 horas.

b) É possível, em tese, a aplicação de medida de isolamento a adolescente, desde que seja essa imprescindível para garantia da segurança de outros internos ou do próprio adolescente a quem seja imposta a sanção, sendo necessária ainda comunicação ao defensor, ao Ministério Público e à autoridade judiciária em até 48 horas.

c) Não é possível a aplicação de medida de isolamento ao adolescente, por violar seus direitos fundamentais previstos na Constituição da República e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

d) O defensor, o adolescente e seus pais ou responsável são os únicos legitimados a postular a revisão judicial da sanção disciplinar aplicada.

e) A sanção disciplinar de isolamento não precisa ter duração previamente determinada, podendo durar enquanto persistirem as razões que levaram ao isolamento.

39. Assinale a alternativa em consonância com a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

- a) Por ausência de previsão legal, o Superior Tribunal de Justiça entende que a Defensoria Pública não pode ter acesso aos autos de procedimento verificatório instaurado para inspeção judicial e atividade correicional de unidade de execução de medidas socioeducativas.
- b) Segundo o STJ, a teoria do adimplemento substancial não tem aplicação em aplicação em obrigações de natureza alimentar.
- c) O menor sob guarda não tem direito à concessão do benefício de pensão por morte do seu mantenedor, ainda que comprovada sua dependência econômica.
- d) A Vara de Violência Doméstica não tem, em situação alguma, competência para decidir acerca do direito de guarda de criança e autorização para viagem, pois a competência para tais assuntos é absoluta da Vara da Criança e do Adolescente.
- e) O Superior Tribunal de Justiça entende que são necessárias ao menos duas passagens anteriores pela Vara da Infância da Juventude para que seja configurada a reiteração suficiente para a decretação de medida de internação.

40. Analise os seguintes itens

- I. A lei 13.431/2017 se aplica exclusivamente a crianças e adolescentes, ou seja, pessoas com até 18 (dezoito) anos de idade.
- II. O depoimento especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova quando a criança ou o adolescente tiver menos de 7 anos e em caso de violência sexual.
- III. Os órgãos responsáveis pela organização judiciária poderão criar juizados ou varas especializadas em crimes contra a criança e o adolescente. Até a implementação, o julgamento e execução das causas decorrentes de práticas de violência deverão ficar a cargo dos juizados ou varas especializadas em violência doméstica e temas afins.
- IV. Considera-se Depoimento Especial o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente

perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade.

Considerando exclusivamente as disposições da Lei 13.431/2017, que trata dos direitos e garantias da criança e adolescente vítima ou testemunha de violência, assinale a alternativa que contém as assertivas corretas.

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) I, II, III e IV.
- d) II apenas.
- e) II e III.

DIREITO PENAL

41. Assinale a alternativa que indica corretamente crimes que, de acordo com o texto constitucional, a lei considerará inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, omitirem-se.

- a) O tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, os definidos como crimes hediondos e o assédio sexual.
- b) O tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo, os definidos como crimes hediondos e o racismo.
- c) A prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e o tráfico de pessoas.
- d) A prática da tortura, a posse e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo.
- e) A prática da tortura, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos e o assédio sexual.

Gabarito: B

Comentários: As demais estão erradas pois o assédio sexual e o tráfico de pessoas não entram na lista dos crimes inafiançáveis, nem mesmo a posse de droga.

42. Acerca do benefício do sursis processual previsto na Lei n. 9.099/95, é correto afirmar que

a) É cabível o benefício na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva, exceto em grau recursal.

b) Suspensão condicional do processo, também conhecida como sursis processual, é um instituto despenalizador previsto no art. 89 da Lei n. 9099/95 que determina a suspensão do processo somente mediante a reparação do dano pelo autor dos fatos.

c) De acordo com o art. 89, caput, da Lei n. 9099/95, para fazer jus ao sursis processual a pena privativa de liberdade cominada ao delito deve ser de até 2 anos, pouco importando se é de reclusão ou detenção, ressalvada as hipóteses de violência doméstica e familiar contra a mulher.

d) O benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um (01) ano.

e) O benefício deverá ser obrigatoriamente revogado, caso o réu, no curso do período de prova, venha a ser processado por contravenção.

43. Mauro, anarquista convicto, ao se deparar com um agente penitenciário no shopping center, após identificá-lo pela conversa que estava sendo conduzida na mesa ao lado, decide agredi-lo, com intenção de lesionar, pelo simples fato da função exercida pela vítima. As agressões são tão fortes que causam no integrante do sistema prisional lesão corporal dolosa de natureza gravíssima. Diante dessa situação, é preso em flagrante e conduzido ao seu Distrito Policial. Você, como delegado, deverá imputar ao agente:

a) tentativa de homicídio simples, que não caracteriza crime hediondo.

b) tentativa de homicídio qualificado, crime hediondo.

c) lesão corporal dolosa de natureza gravíssima, crime hediondo pela motivação e qualidade da vítima.

d) lesão corporal dolosa de natureza gravíssima, crime próprio por força da qualidade especial de funcionário público da vítima.

e) tentativa de lesão corporal seguida de morte, pelo preterdolo e pela intensidade das agressões.

44. O benefício da suspensão condicional da pena – sursis penal –

a) pode ser concedido a condenado a pena privativa de liberdade, desde que esta não seja superior a quatro anos e que aquele não seja reincidente em crime doloso.

b) é cabível nos casos de crimes praticados com violência ou grave ameaça, desde que a pena privativa de liberdade aplicada não seja superior a dois anos.

c) pode estender-se às penas restritivas de direitos e à de multa, casos em que se suspenderá, também, a execução dessas penas.

d) deverá ser, obrigatoriamente, revogado no caso da superveniência de sentença condenatória irrecorrível por crime doloso, culposo ou contravenção contra o beneficiário.

e) impõe que, após o cumprimento das condições impostas ao beneficiário, seja proferida sentença para declarar a extinção da punibilidade do agente.

45. Considerando a jurisprudência do STJ a respeito dos crimes patrimoniais, assinale a opção correta.

a) Constitui crime impossível a tentativa de furto em loja comercial dotada de sistema de monitoramento por câmeras de vídeo, por impossibilidade de sua consumação.

b) A prisão em flagrante do suspeito de crime de receptação na posse da res furtiva, com registro de furto ou de roubo, comprova a materialidade do delito.

c) A utilização de arma de fogo desmuniada para intimidar a vítima caracteriza a elementar “grave ameaça” e acarreta a aplicação da majorante prevista na lei.

d) Os crimes de furto e de roubo só se consumam quando o agente detém a posse tranquila do bem subtraído.

e) O estelionato cometido mediante cheque sem fundos independe da espécie de elemento subjetivo.

46. A corrente/teoria penal que se funda na ideia de que as normas jurídicas devem ser protegidas por si mesmas, pouco importando o bem jurídico por trás delas, é

- a) a teoria do garantismo penal, de Luigi Ferrajoli.
- b) o funcionalismo teleológico-racional, de Claus Roxin.
- c) o funcionalismo sistêmico, de Günther Jakobs.
- d) a teoria da tipicidade conglobante, de Eugenio Zaffaroni.
- e) a teoria constitucionalista do delito.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

47. Assinale a alternativa correta:

- a) A prisão para averiguações pode ocorrer somente em casos excepcionais e, segundo a lei, pode perdurar por até no máximo 48 horas.
- b) Um flagrante que seja relaxado por se reconhecer a sua ilegalidade impede que o sujeito passivo seja futuramente processado.
- c) As medidas cautelares, dependendo do caso e da certeza em relação à autoria, podem ser aplicadas na condição de pena antecipada, em caráter retributivo, como prevenção geral em relação aos crimes e para evitar a impunidade.
- d) Nos últimos anos, a jurisprudência vem entendendo pela inconstitucionalidade de qualquer lei que venha e imponha a prisão ou vede a liberdade, deixando essa criteriosa análise para o juiz nos casos concretos, de acordo com a necessidade da medida cautelar.
- e) O poder geral de cautela tem previsão expressa no CPP e é aceito de forma pacífica pela jurisprudência em relação ao processo penal, o que facilita ao juiz a imposição de medidas que sejam absolutamente adequadas à situação concreta do acusado ou indiciado.

48. Assinale a alternativa correta:

a) O flagrante esperado, também conhecido como delito putativo por obra do agente provocador, é aquele em que a vítima ou terceiro provoca ou induz o sujeito à prática do fato delituoso, de modo a tornar impossível a sua consumação.

b) Em caso de absolvição de réu que responde o processo preso, a apelação do Ministério Público (buscando a reforma da sentença) impede a imediata soltura – o que poderá ocorrer (a liberdade) mediante despacho liminar do relator no recurso interposto, diante de pedido expresso do acusado.

c) A prisão temporária é uma espécie de prisão cautelar que não se aplica a qualquer crime e tem como objeto de tutela a investigação criminal, não permitindo que o juiz a decrete de ofício.

d) O crime culposo, ordinariamente, não admite a prisão em flagrante e a prisão preventiva.

e) A prisão domiciliar constitui uma medida cautelar autônoma, diversa da prisão, cuja aplicação é absolutamente facultada ao juiz (conveniência e oportunidade), que deve se nortear exclusivamente por critérios de razoabilidade.

49. De acordo com a lei e jurisprudência que prevalece nos tribunais superiores, assinale a alternativa correta.

a) Segundo entendimento pacificado no STJ e no STF e nos termos do parágrafo 4º do art. 89 da Lei 9.099/95, depois de expirado o período de prova da suspensão condicional do processo não é mais possível a revogação do benefício por descumprimento das condições impostas durante o sursis processual.

b) Há necessidade de nomeação de defensor quando o réu é citado com hora certa e não comparece no processo.

c) A suspensão do processo prevista no art. 366 do CPP é uma faculdade do juiz, podendo ele deixar de aplicá-la em crimes graves, com violência ou grave ameaça.

d) Conforme disciplina o CPP, ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá, necessariamente, submetê-lo ao Ministério Público.

e) No processo penal, a exemplo do processo civil, contam-se os prazos da data da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem e não da intimação;

50. Suponha que JOÃO responda processo por homicídio culposo na direção de veículo automotor (art. 302, Lei 9.503/1997). Não foi preso em flagrante e respondeu inquérito em liberdade. Depois de oferecida e recebida a denúncia, o juiz manda citá-lo por oficial de justiça (pessoalmente), oportunidade em que não é encontrado – havia mudado de endereço e estava em lugar incerto segundo informações dos vizinhos. Em cartório, buscaram-se informações sobre o paradeiro do réu, mas sem sucesso. De acordo com este caso, assinale a alternativa correta:

- a) O oficial de justiça, nesse caso, deveria realizar a citação com hora certa.
- b) O caso era de citação por edital, desde que precedida da citação com hora certa.
- c) A citação por edital, por si só, implicaria na suspensão do processo, mesmo que JOÃO constituísse advogado.
- d) O mero decurso do tempo (considerando o juiz que as testemunhas tenderiam a esquecer dos fatos com o passar dos anos), neste caso e segundo jurisprudência predominante, seria insuficiente para que o juiz determinasse a antecipação dos depoimentos.
- e) Caso o juiz determinasse a produção antecipada de provas, com base no art. 366 do CPP, não precisaria nomear defensor para o réu (só quando ele comparecesse no processo).

51. Assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da correção ou congruência não se aplica aos tribunais, apenas em primeiro grau de jurisdição.
- b) No processo penal o réu se defende do tipo penal ou da imputação formal, de tal maneira que os fatos imputados são secundários se comparados com a capitulação jurídica.
- c) O que faz coisa julgada no processo penal é a classificação jurídica formalmente atribuída na acusação.

d) Como a gestão da prova é incumbência das partes, a lei não admite ao juiz a determinação de produção de provas ou de realização de diligências.

e) As infrações penais de menor potencial ofensivo estarão sujeitas a rito sumário no juízo comum quando encaminhadas pelo juizado especial criminal.

52. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Na pronúncia não é possível a utilização da emendatio libelli.
- b) O princípio da soberania dos veredictos não se aplica à decisão do juiz presidente do Tribunal do Júri.
- c) A incompetência relativa pode ser declarada de ofício no processo penal.
- d) Um dos efeitos da decisão de pronúncia é delimitar as teses acusatórias a serem apresentadas para julgamento. De maneira tal que caso uma qualificadora tenha sido afastada pela pronúncia, não poderá ela ser submetida a julgamento em plenário.
- e) É nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do júri sem audiência da defesa.

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL

53. Assinale a hipótese que não afasta a elaboração de termo circunstanciado em relação a lesão corporal culposa no trânsito.

- a) Racha
- b) Embriaguez
- c) Guiar veículo automotor com habilitação vencida
- d) Excesso de velocidade em 50 km/h acima do limite permitido
- e) NDA

54. Acerca da prisão temporária, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) A prisão temporária é uma modalidade de prisão cautelar, regulamentada pela Lei. 7.960/89. Pode ser decretada tanto na fase investigativa bem como durante o processo criminal, quando se deseja evitar a destruição de provas.
- b) A autoridade policial pode decretar a prisão temporária desde que seja imprescindível ao inquérito policial conforme disposto no art. 1o da Lei 7.960/89.
- c) A prisão temporária tem um prazo máximo de duração de 05 dias, prorrogáveis por mais 05 dias, desde que se comprove sua necessidade.
- d) A prisão temporária pode ser decretada de ofício pelo juiz em se tratando de crimes hediondos ou equiparados, conforme disposto no artigo 2o da Lei 7.960/89.
- e) A prisão temporária converte-se em preventiva automaticamente, a depender de sua fundamentação cautelar original.

55. Acerca da Lei dos Crimes Hediondos, marque a alternativa que contradiz a literalidade da lei:

- a) A progressão de regime, no caso dos condenados pelos crimes previstos neste artigo, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente.
- b) A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei no 7.960, de 21 de dezembro de 1989, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- c) Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de anistia, graça, indulto e fiança.
- d) Dar-se-á o livramento condicional para os condenados por crimes hediondos cumprido mais de dois terços da pena, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.
- e) Consideram-se também hediondos os crimes de genocídio, tortura e o de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

56. Josué prepara um banho com velas e flores para Maria, sua esposa. Aproveitando-se da distração provocada por ele, subtraí todo o salário que Maria, sua esposa, recebera naquela tarde. Ao descobrir o fato, Maria procura a delegacia de seu bairro e narra o acontecido.

Diante dessa situação aponte a alternativa correta.

- a) Trata-se de violência patrimonial contra a mulher prevista na Lei Maria da Penha e deverá o delegado instaurar inquérito para apurar estelionato.
- b) Trata-se de violência patrimonial contra a mulher prevista na Lei Maria da Penha e deverá o delegado instaurar inquérito para apurar furto
- c) Trata-se de violência patrimonial contra a mulher prevista na Lei Maria da Penha e deverá o delegado instaurar inquérito para apurar furto mediante fraude.
- d) Trata-se de violência patrimonial contra a mulher prevista na Lei Maria da Penha e deverá o delegado instaurar inquérito para apurar furto por abuso de confiança.
- e) Não existirá persecução penal pela presença de imunidade penal absoluta.

57. Pedro Henrique desfere, dolosamente, um soco no braço direito de Carlos causando-lhe lesões corporais de natureza leve (art. 129. Pena – detenção, de 3 meses a 1 ano) após uma discussão no trânsito. A denúncia do Ministério Público foi rejeitada pelo magistrado competente. Contra essa decisão de rejeição da denúncia cabe qual recurso:

- a) Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias.
- b) Apelação, no prazo de 05 dias.
- c) Carta testemunhável, no prazo de 05 dias.
- d) Recurso em sentido estrito, no prazo de 02 dias.
- e) Apelação, no prazo de 10 dias.

58. No que concerne à colaboração premiada, expressamente prevista na Lei das Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013), O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados, exceto:

- a) a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa.
- b) a localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada.
- c) a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas.
- d) a recuperação total do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa, não sendo aceita a recuperação parcial.
- e) a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa.

DIREITO CONSTITUCIONAL

59. Nos moldes do que estabelece a Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul, compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente:

- a) Nos crimes comuns, os Deputados Estaduais e Secretários de Estado e nos de responsabilidade, o Procurador-Geral de Justiça e o Procurador-Geral do Estado;
- b) Os mandados de segurança contra atos do Governador, dos Secretários de Estado, da Mesa da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, incluídos os dos seus Presidentes, do próprio Tribunal de Justiça, seus membros e turmas, com exceção dos atos emanados pelo Conselho Superior da Magistratura;
- c) As representações de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal e as que tiverem por objetivo a intervenção federal em Município, nos termos desta Constituição;

d) Os mandados de injunção, quando a ausência de norma regulamentadora de competência do Governador e do Vice-Governador ou da Mesa da Assembleia Legislativa tornar inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

e) As causas e conflitos entre o Estado e os Municípios ou entre estes, os conflitos de jurisdição estabelecidos em lei e os habeas corpus e os habeas data, impetrados contra autoridades ou funcionários cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Tribunal de Justiça;

60. Com respaldo nas lições advindas da teoria da norma jurídica, do pós-positivismo e pelo neoconstitucionalismo, assinale o item incorreto:

a) Segundo Humberto Ávila, quanto à maneira como contribuem para a decisão, as regras são normas categorizadas como “preliminarmente decisivas e abarcantes”, enquanto os princípios trazem normas “primariamente complementares e preliminarmente parciais”.

b) O pós-positivismo volta-se para uma autêntica teoria geral do direito, cujas bases teriam aplicabilidade a qualquer tipo de ordenamento jurídico. O neoconstitucionalismo, de outro lado, com pretensões de maior especificidade, busca explicar questões circunscritas a um modelo específico de constituição e de organização político-jurídica.

c) Ronald Dworkin defende a existência de três espécies normativas: regras, diretrizes políticas e princípios. As diretrizes políticas, afirma o jusfilósofo norte-americano, são normas ou standards que encerram objetivos a serem alcançados. Dworkin, além disso, reconhece a possibilidade de um princípio, em um caso específico, deixar de ser aplicado, sem que isso signifique sua invalidade;

d) Segundo as abordagens pós-positivistas, a conexão identificativa entre direito e moral é de caráter contingente, ou seja, ela é fruto da incorporação de valores morais nas constituições. Os neoconstitucionalistas, ao contrário, atestam que a conexão entre essas duas esferas é necessária e independe de seu reconhecimento

por meio da inscrição de princípios morais nas constituições;

e) A normatividade dos princípios compõe um dos aspectos centrais do pós-positivismo.

61. A Constituição Federal determina que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

- a) legislar sobre propaganda comercial.
- b) instituir diretrizes sobre produção e consumo.
- c) proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- d) proteger e integrar socialmente as pessoas portadoras de deficiência.
- e) proteger a infância e a juventude.

62. Considere a seguinte situação hipotética: No estado do Mato Grosso do Sul, a contratação de profissionais da área da saúde está condicionada à proibição de acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos quando a jornada de trabalho for superior a 60 horas semanais. Nos termos da jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal, essa condicionante

- a) é inconstitucional, uma vez que inexistente tal requisito na Constituição Federal e o município não pode criar restrições para o acúmulo remunerado de cargos ou empregos públicos privativos de profissionais da área da saúde.
- b) é constitucional, porque o servidor deve gozar de boas condições físicas e mentais para o desempenho de suas atribuições, e cabe à Administração Pública estabelecer administrativamente o máximo de horas trabalhadas para esse fim, apenas com relação aos profissionais da área da saúde.
- c) é constitucional se o município estabeleceu previamente essa limitação, por meio de lei ordinária, especificamente para os profissionais da área da saúde.
- d) somente será inconstitucional se não houver legislação estadual prevendo tal limitação das horas de trabalho, no acúmulo remunerado de cargos ou empregos públicos privativos de profissionais da área da saúde.

e) que impossibilita a acumulação remunerada de cargos ou empregos públicos privativos de profissionais da área de saúde, quando a jornada de trabalho for superior a 60 horas semanais, obedece ao princípio da eficiência da Administração Pública.

63. A respeito do Habeas Data, assinale a alternativa correta.

a) Não se admite a impetração de habeas data por estrangeiros, eis que, embora titulares de restritos direitos fundamentais no Brasil, não fazem jus ao uso das garantias constitucionais.

b) Para a impetração de habeas data, exige-se a comprovação de que houve negativa, pela via administrativa, do acesso aos dados pessoais ou retificação de dados pretendida pelo impetrante, sob pena de extinção da ação por falta de interesse processual.

c) Via de regra, também é admitida a impetração de habeas data em favor de terceiros, considerando a importância da tutela do direito de informação prevista na Constituição.

d) O habeas data é instrumento constitucional cabível para assegurar a efetivação de direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou mandado de segurança, e deve ser impetrado no prazo máximo de 120 dias.

e) No caso de prolação de sentença concedendo habeas data, será cabível recurso de apelação dotado de efeitos suspensivo e devolutivo.

64. A medida provisória trata-se de espécie normativa voltada a regulamentar questões dotadas de relevância e urgência. Neste sentido, é vedada a edição de medida provisória para a tratativa de todas as matérias constantes nas alternativas abaixo, EXCETO:

- a) Relativa a direitos fundamentais.
- b) Reservada a Lei Complementar.
- c) Relativa à organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, à carreira e à garantia de seus membros.
- d) Relativa a direito penal, processual penal e processual civil.

e) Já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República.

65. No título da Constituição relativo à Ordem Social, foi reservada disciplina aos meios de comunicação social e às empresas que os exploram economicamente. Segundo as disposições do texto constitucional a esse respeito,

a) os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, estão dispensados de observar os princípios aplicáveis à produção e à programação das emissoras de rádio e televisão, a exemplo da preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, bem assim do respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

b) pelo menos sessenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

c) os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão, nos termos de lei específica, observar os princípios aplicáveis à produção e à programação das emissoras de rádio e televisão, a exemplo do fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais, bem assim da democratização dos processos decisórios com participação e controle social.

d) os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão, nos termos de lei específica, observar os princípios aplicáveis à produção e à programação das emissoras de rádio e televisão, a exemplo da regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei, bem assim do respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

e) é vedada a participação de pessoa jurídica no capital social de empresa jornalística ou de radiodifusão, exceto a de partido político e de sociedades cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros.

66. Julgamento de mérito de representação de inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça contra lei municipal exclusivamente por violação de norma de imitação constante da Constituição do Estado

a) consiste em invasão da esfera de competência do STF, pois trata-se, na prática, de controle de constitucionalidade que tem como parâmetro preceito da Constituição Federal reprisado na Constituição do Estado.

b) não admite interposição de recurso extraordinário perante o STF, muito embora a disposição constitucional que lhe serviu de parâmetro repita os termos de preceito normativo constante da Constituição Federal.

c) não admite interposição de recurso extraordinário perante o STF porque tem por objeto lei municipal, ato normativo que não se submete a controle abstrato de constitucionalidade perante o STF.

d) caso resulte em declaração de inconstitucionalidade, seu julgamento produzirá eficácia contra todos e efeito vinculante após resolução da Assembleia Legislativa que suspenda a execução do diploma inconstitucional.

e) admite interposição de recurso extraordinário perante o STF, pois a disposição constitucional que lhe serviu de parâmetro repete os termos de preceito normativo da Constituição Federal de observância obrigatória pelos Estados-membros.

DIREITO ELEITORAL

67. Durante a campanha presidencial, o candidato Paulo teria ofendido a candidata Mariana e o seu partido, o PVB. Em reação, o diretório nacional do PVB ajuizou ação na Justiça Estadual em face de Paulo, visando a obtenção de indenização por danos morais, tanto para a candidata quanto para o partido. Nesse caso, segundo a recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça o magistrado deverá:

a) extinguir o processo sem resolução do mérito, por ausência de legitimidade ativa.

b) receber a inicial e dar prosseguimento ao feito, pois o diretório nacional tem legitimidade para ajuizar ação em favor da candidata e do próprio partido.

c) reconhecer a improcedência liminar do pedido, pois, em regra, não é cabível a formulação de pedido indenizatório decorrente de ofensa realizada em campanha eleitoral.

d) reconhecer sua incompetência e encaminhar os autos à Justiça Eleitoral.

e) extinguir o processo sem resolução do mérito em relação a Mariana, por ausência de legitimidade, e dar prosseguimento ao feito em relação ao partido.

68. Pedro, delegado da polícia civil com exercício no Município de Campo Grande, pleiteou seu registro como candidato à Prefeitura do mesmo Município. Nesse caso:

a) O registro poderá ser deferido, pois não foi verificada situação de incompatibilidade.

b) Caberá arguição de inelegibilidade, a ser ajuizada perante o Tribunal Regional Eleitoral competente.

c) Caberá arguição de inelegibilidade, a ser ajuizada na primeira instância eleitoral.

d) Caberá a qualquer candidato, a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 15 dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato, impugná-lo em petição fundamentada.

e) Não poderá impugnar o registro de candidato o representante do Ministério Público que, nos 5 anos anteriores, tenha disputado cargo eletivo, integrado diretório de partido ou exercido atividade político-partidária.

69. Sobre a Ação de Investigação Judicial Eleitoral, assinale a alternativa correta:

a) Segundo a jurisprudência do TSE, há litisconsórcio passivo necessário entre o agente público e o candidato beneficiado em Ação de Investigação Judicial Eleitoral

b) A configuração do ato abusivo depende da potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição;

c) A procedência da Ação de Investigação Judicial Eleitoral implica a inelegibilidade de todos os envolvidos para as eleições a se realizarem nos 8 anos subsequentes, mas não implica a cassação do registro ou diploma de candidato.

d) Constitui crime eleitoral a arguição de inelegibilidade, ou a impugnação de registro de candidato feito por interferência do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade, deduzida de forma temerária ou de manifesta má-fé, apenado com pena de reclusão.

e) Ao despachar a Inicial, o Corregedor ordenará que se notifique o representado do conteúdo da petição, entregando-se-lhe a segunda via apresentada pelo representante com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 10 dias, ofereça ampla defesa.

70. Considere os itens seguintes:

- I - É válido o cancelamento do título do eleitor que, convocado por edital, não comparecer ao processo de revisão eleitoral
- II - É inconstitucional a lei que determina que, na votação eletrônica, o registro de cada voto seja ser impresso e depositado, de forma automática e sem contato manual do eleitor, em local previamente lacrado.
- III - Para concorrer ao cargo de deputado federal, o candidato que exerça cargo em comissão na Câmara dos Deputados deverá se desincompatibilizar da função pública nos três meses anteriores ao pleito.
- IV - Entende o TSE que o direito de resposta se restringe às ofensas perpetradas em veículos de comunicação social, dentre os quais não se enquadram carros de som.

Estão em consonância com a Jurisprudência do STF e do TSE apenas as assertivas:

- a) I e IV.
- b) I e III.
- c) I, e II.
- d) I, II, III e IV.
- e) I, II e III.

DIREITO EMPRESARIAL

71. A respeito dos Fundos de Investimento em Direito Creditório, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os Fundos de Investimento em Direito Creditório equiparam-se às instituições financeiras.
- b) Os Fundos de Investimento em Direito Creditório não se sujeitam à incidência da limitação da taxa de juros remuneratórios da Lei da Usura (Decreto nº 22.626/33).
- c) A securitização de recebíveis não se confunde com o contrato de factoring.

d) Os Fundos de Investimento em Direito Creditório são destinados, preponderantemente, à aplicação em direitos creditórios e em títulos representativos desses direitos, originários de operações realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial, imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços.

e) Não é válida a celebração de contrato acessório de fiança na cessão de crédito em operação de securitização de recebíveis, tendo por cessionário um Fundo de Investimento em Direito Creditório.

72. Quanto aos juros e correção monetária, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Os juros moratórios são aqueles devidos em razão da mora do devedor, ou seja, pelo não cumprimento da obrigação no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer. Não somente pela mora, porém, se tornam devidos, uma vez que também incidem incorrendo o devedor em inadimplemento absoluto, total ou parcial.

b) Não há previsão de limitação para correção monetária, o que existe, na verdade, são índices específicos que buscam, em diversos setores, manter o poder aquisitivo da moeda frente à inflação.

c) As disposições da Lei de Usura (Decreto 22.626/33) se aplicam às taxas de juros remuneratórios e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o Sistema Financeiro Nacional.

d) Os juros compensatórios são devidos em razão da utilização do capital pelo devedor na exata medida em que constituem frutos civis do valor empregado.

e) A correção monetária nada mais é do que um mecanismo de manutenção do poder aquisitivo da moeda, não devendo representar, conseqüentemente, por si só, nem um plus nem um minus em sua substância.

73. A respeito da ineficácia e da revogação de atos praticados antes da falência, assinale a alternativa correta:

- a) A sentença que julgar procedente a ação revocatória desafia agravo de instrumento.
- b) São ineficazes em relação à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores a renúncia à herança ou a legado, até 2 (dois) anos antes da decretação da falência.
- c) A Lei nº 11.101/05 prevê, em rol taxativo, os atos considerados revogáveis.
- d) A ação revocatória deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de 5 (cinco) anos contado da decretação da falência.
- e) São ineficazes os atos praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida.

74. No que tange à sociedade em nome coletivo, assinale a alternativa correta:

- a) Não podem os sócios, no ato constitutivo ou por convenção posterior, limitar entre si a responsabilidade de cada um.
- b) A sociedade em nome coletivo se rege, subsidiariamente, pelas normas da sociedade limitada.
- c) A administração da sociedade compete exclusivamente a sócios, sendo o uso da firma permitido a todos, independentemente de concessão de poderes específicos no contrato social.
- d) Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.
- e) O credor particular de sócio sempre pode, antes de dissolver-se a sociedade, pretender a liquidação da quota do devedor.

75. A respeito da Empresa Simples de Créditos (ESC), assinale a alternativa correta:

- a) A ESC não pode adotar a forma de empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI).
- b) O capital inicial da ESC e os posteriores aumentos de capital poderão ser realizados em moeda corrente ou pela transferência de bens imóveis.
- c) Não se aplicam à ESC as limitações à cobrança de juros previstas na Lei da Usura (Decreto nº 22.626/33).
- d) A mesma pessoa natural não poderá participar de mais de uma ESC, salvo se localizadas em Municípios distintos.
- e) As ESCs não estão sujeitas aos regimes de recuperação judicial e extrajudicial e ao regime falimentar regulados pela Lei nº 11.101/05.

76. Quanto à disciplina do estabelecimento empresarial, assinale a alternativa correta:

- a) É possível exercer a atividade empresária sem estabelecimento.
- b) Em última análise, o estabelecimento empresarial se confunde com o próprio patrimônio do empresário.
- c) Para doutrina majoritária, o estabelecimento empresarial tem natureza jurídica de universalidade de direito.
- d) A expressão fundo de negócio é sinônima de casa do comércio.
- e) A sociedade simples não tem estabelecimento empresarial.

DIREITO TRIBUTÁRIO

77. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Os partidos políticos, assim como suas fundações, possuem imunidade tributária com relação aos impostos, desde que atendidos os requisitos legais.
- b) São imunes com relação aos impostos as entidades sindicais dos trabalhadores e dos empregadores, desde que atendidos os requisitos legais.
- c) A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, "c", da Constituição, somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se não houver contribuição dos beneficiários.
- d) Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel pertencente a qualquer das entidades referidas pelo art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais tais entidades foram constituídas.
- e) São imunes com relação aos impostos os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

78. Assinale a alternativa incorreta.

- a) A expressão "legislação tributária" compreende as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
- b) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;
- c) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito que deixe de definir determinada conduta como infração, ainda que o ato tenha sido definitivamente julgado.

d) O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

e) O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

79. Julgue os itens a seguir:

- I) O fato gerador é instantâneo quando a sua realização se dá em um átimo de tempo, a cada nova operação realizada.
 - II) O fato gerador periódico ou complexivo é aquele cuja formação ocorre ao longo de um espaço de tempo. Ao final do período previsto em lei, valoriza-se todos os fatos isolados que, somados, tem a aptidão para fazer nascer a relação jurídica de direito tributário
 - III) O fato gerador continuado é aquele que descreve uma conduta que revela um estado de permanência.
- a) Todas os itens estão corretos
 - b) Nenhum dos itens estão corretos.
 - c) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - d) Apenas o item I está correto.
 - e) apenas o item II está correto.

80. Quanto às regras sobre solidariedade estabelecida pelo CTN, julgue o item a seguir:

- I) São solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal. A doutrina tem entendido que esse fenômeno ocorre quando as pessoas ocupam o mesmo polo na situação que constitui o fato gerador tributário.
- II) São solidariamente obrigadas as pessoas expressamente designadas em lei. Assim, mesmo na hipótese em que não haja interesse comum, é possível a existência de solidariedade, desde que exista lei específica que assim o determine.
- III) A interrupção da prescrição com relação a um devedor prejudica os demais devedores solidários, mas não tem o condão de favorecê-los.

- a) Todos os itens estão corretos
- b) Nenhum dos itens estão corretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas o item I está correto.
- e) apenas o item II está correto.

81. Assinale a alternativa incorreta de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.
- b) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.
- c) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- d) É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior a presumida.

e) A denúncia espontânea não resta configurada na hipótese em que o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário (sujeito a lançamento por homologação) acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a (antes de qualquer procedimento da Administração Tributária), noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente.

82. Julgue os itens a seguir:

- I) As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
- II) Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
- III) O depósito judicial, quando realizado antes do lançamento, constitui o crédito tributário, sendo desnecessária qualquer outra providência adicional por parte do fisco.

- a) Todos os itens estão corretos
- b) Nenhum dos itens estão corretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas o item I está correto.
- e) apenas o item II está correto.

83. Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a alternativa incorreta.

- a) O rol das garantias atribuídas ao crédito tributário pelo Código Tributário Nacional é exaustivo, não podendo ser ampliado por lei ordinária.
- b) Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.
- c) São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.
- d) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
- e) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa

84. Assinale a alternativa incorreta:

- a) São hipóteses de suspensão do crédito tributário, dentre outras, a moratória e o parcelamento.
- b) São hipóteses de exclusão do crédito tributário a isenção e a anistia.
- c) São hipóteses de extinção do crédito tributário, dentre outras, a prescrição e a decadência.
- d) O depósito judicial extingue o crédito tributário, desde que realizado em seu montante integral.
- e) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário autoriza a emissão de certidão positiva com efeitos de negativa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

85. Sobre elementos do ato administrativo, julgue as assertivas abaixo:

- I – a intenção psicológica ou o aspecto subjetivo que levou determinado agente público à prática de certo ato administrativo é relevante para a apuração da legalidade do ato.
- II – a teoria dos motivos determinantes pode ser exemplificada por meio da predestinação lícita.
- III – a motivação sempre deve preceder a prática do ato administrativo.
- IV – Motivos relevantes podem justificar a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

Estão corretas:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e IV
- d) II e III
- e) I e IV

86. Assinale a alternativa que contém o entendimento atual do STJ acerca de processo administrativo:

- a) O prazo de cinco anos previsto no art. 54 da Lei Federal nº 9.784/99 é suscetível de suspensão ou interrupção.
- b) O prazo decadencial de cinco anos aplica-se somente aos atos anuláveis, mas não aos atos nulos.
- c) A Lei Federal nº 9.784/99 pode ser aplicada a estados e municípios que não possuam normas locais ou específicas acerca da matéria.
- d) Situações flagrantemente inconstitucionais submetem-se ao prazo decadencial de cinco anos para serem anulados.
- e) A anulação de atos praticados com má-fé também se submete ao prazo decadencial de cinco anos.

87. Acerca das desapropriações, assinale a alternativa correta:

- a) Caso determinada propriedade tenha sido desapropriada para implantação de parcelamento popular, não há que se falar em tredestinação ou retrocessão.
- b) A desapropriação-confisco encontra amparo constitucional apenas para os casos de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo, sendo que os bens expropriados serão destinados somente para fins de reforma agrária.
- c) Para os casos de desapropriações por interesse social, o Poder Público tem o prazo de 5 anos para iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado.
- d) A imissão provisória na posse poderá ser feita em casos de urgência, independentemente do depósito de qualquer quantia.
- e) Todas as benfeitorias úteis e necessárias realizadas no imóvel alvo da desapropriação serão indenizadas pelo expropriante.

88. Sobre organização da Administração Pública, julgue as assertivas abaixo:

- I – Medida provisória é instrumento idôneo para criação de autarquias.
- II – A alienação do controle das subsidiárias das empresas estatais dispensa autorização legislativa, diferentemente do que ocorre com a alienação do controle de empresas públicas e sociedades de economia mista, em que a autorização legislativa é imprescindível.
- III – A criação das entidades do Sistema S, a exemplo do Sebrae e do Sesi, prescinde de lei.

É (são) correta(s) a(s) assertiva(s):

- a) I
- b) I e III
- c) III
- d) II
- e) I e II

89. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro serve de guia para a aplicação das normas do ordenamento jurídico brasileiro no país e no exterior. Recente alteração nesta norma tem importante repercussão no âmbito das atividades de controle da Administração Pública. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.
- b) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas apenas em caso de dolo.
- c) É dispensável a indicação das consequências das decisões administrativas, controladoras ou judiciais que decretam a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa.
- d) O agente público controlador não pode decidir tomando por base as dificuldades e a situação real do gestor público, devendo ficar totalmente adstrito às previsões normativas.
- e) Não é possível a celebração de compromissos administrativos, mesmo após a realização de audiências públicas, a fim de dirimir conflitos ou situações de incerteza jurídica.

90. A respeito da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11), é correto afirmar que

a) as disposições da Lei de Acesso à Informação não se aplicam às empresas públicas e às sociedades de economia mista, por se tratarem de pessoas jurídicas de direito privado.

b) a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.

c) é ilegítima a publicação pela Administração Pública dos nomes de seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias, pois tal prática viola o direito fundamental à intimidade (art. 5º, X, da CF).

d) qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades alcançadas pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11), por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente, os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público e a especificação da informação requerida.

e) é dispensável o fornecimento de certidão ou cópia do inteiro teor da decisão de negativa de acesso à informação, ainda que solicitada pelo requerente, desde que lhe sejam informadas, por qualquer forma, as razões do indeferimento.

91. Acerca dos princípios que regem a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência são princípios que regem a atividade administrativa, os quais estão previstos expressamente na Constituição Federal desde a sua redação originária.

b) O princípio da legalidade administrativa confunde-se com o princípio da reserva legal complementar.

c) Em razão do princípio da impessoalidade, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens

que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

d) O princípio da continuidade traduz a ideia de que a prestação da atividade administrativa deve ser ininterrupta, razão pela qual a exceção de contrato não cumprido não poderá ser invocada por particulares na execução de contratos administrativos.

e) O princípio da motivação impõe à Administração o dever de indicar os fatos e fundamentos jurídicos que determinaram a prática dos atos administrativos, de modo que a motivação deverá ser explícita, clara e congruente, não podendo consistir em concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas.

92. A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

a) Os regulamentos são atos administrativos voltados à fiel execução da lei e podem inovar no ordenamento jurídico.

b) Portarias são atos administrativos enunciativos, por meio dos quais o ente público certifica um determinado fato ao público externo.

c) São exemplos de atos negociais a autorização, a permissão e a licença.

d) Atos ordinatórios são aqueles por meio dos quais a Administração impõe deveres aos particulares.

e) Todos os atos administrativos são dotados do atributo da autoexecutoriedade e da máxima eficácia.

93. Sobre os Tribunais de Contas e a sistemática de controle externo, assinale a alternativa correta:

- a) São vedadas a aplicação, por parte dos Tribunais de Contas, de medidas cautelares em seus procedimentos de apuração.
- b) Os membros dos Tribunais de Contas estaduais são nomeados de conselheiros e são escolhidos na seguinte conformidade: 4 pelo governador do Estado e 3 pela Assembleia Legislativa.
- c) O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, pelo princípio da unidade, possui as mesmas prerrogativas e competências do Ministério Público.
- d) Todas as decisões emanadas pelos Tribunais de Contas têm força de título executivo.
- e) As contas de prefeito municipal, independentemente de serem contas de governo ou contas de gestão, serão julgadas pela respectiva Câmara Municipal.

94. O tipo de licitação de “melhor técnica” caracteriza-se pelo seguinte:

- a) O preço ofertado pelo licitante será irrelevante, já que a Administração, ao julgar a proposta, focará apenas nos quesitos técnicos apresentados pelo licitante.
- b) Assim como ocorre com o tipo “técnica e preço”, será utilizada exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual.
- c) Pode ser empregada na modalidade pregão, segundo prevê a Lei nº 10.520/00.
- d) Não é cabível para a licitação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda, segundo a Lei Federal nº 12.232/10.
- e) Em uma concorrência, caso o critério de julgamento seja o da “melhor técnica”, o prazo de intervalo mínimo será de 30 dias entre a publicação do edital e a realização da sessão pública.

95. Acerca da fiscalização financeira e orçamentária, assinale a alternativa correta.

- a) No âmbito de cada Poder, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão

ciência ao tribunal de contas, sob pena de responsabilidade subsidiária.

- b) Não há previsão constitucional de mecanismo de participação da sociedade civil na fiscalização financeira e orçamentária do Município.
- c) Compete à Câmara Municipal o julgamento das contas do chefe do Poder Executivo municipal, com o auxílio dos tribunais de contas, que emitirão parecer prévio, cuja eficácia impositiva subsiste e somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos membros da casa legislativa.
- d) O Poder Legislativo poderá delegar ao tribunal de contas o julgamento das contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo.
- e) É permitida a criação de Tribunais de Contas de município, órgão independente e autônomo que integra a Administração Municipal.

96. Assinale a opção correta a respeito da ação civil por improbidade administrativa.

- a) Nas ações de improbidade administrativa por ato doloso, é de cinco anos o prazo de prescrição para ressarcimento do dano ao erário.
- b) É admissível, para todas as autoridades públicas, o duplo regime sancionatório, em que o agente pode responder, simultaneamente, por crime de responsabilidade e por ato de improbidade administrativa.
- c) O dano ao erário é condição indispensável à caracterização dos atos de improbidade administrativa.
- d) Não é possível firmar acordos no curso da ação de improbidade administrativa.
- e) Após a manifestação prévia do requerido e tendo o juiz dúvidas quanto à prática de ato de improbidade administrativa, deverá ele rejeitar a ação, em decisão fundamentada.

DIREITO AMBIENTAL

97. Foi publicada, no Estado do Mato Grosso do Sul, lei que condiciona o licenciamento ambiental a prévia autorização da Assembleia Legislativa, sob a justificativa de conferir uma dupla proteção ao meio ambiente. Esta lei é:

- a) Constitucional, já que a competência legislativa em matéria ambiental é concorrente entre União, Estados e DF.
- b) Inconstitucional, pois os Estados não podem legislar sobre meio ambiente.
- c) Inconstitucional, pois implica em indevida interferência do Poder Legislativo no Poder Executivo.
- d) Constitucional, pois a competência para legislar em matéria ambiental é exclusiva dos Estados e do DF.
- e) Inconstitucional, pois a competência para legislar sobre matéria ambiental é exclusiva dos Municípios.

98. Sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação assinale a alternativa correta:

- a) O SNUC possui característica federativa, pois é composta por órgãos/entidades de todos os entes da Federação (União, Estados, DF e Municípios).
- b) O CONAMA é o órgão central do SNUC.
- c) O jardim botânico é unidade de conservação do grupo de uso sustentável.
- d) A reserva de fauna, ante sua importância ecológica, é considerada uma unidade do grupo de proteção integral.
- e) O parque nacional é unidade de conservação do grupo de proteção integral composto de terras públicas ou privadas.

99. Assinale a alternativa correta:

- a) É proibida qualquer intervenção em área de preservação permanente.

b) O comércio de plantas vivas e outros produtos oriundos da flora nativa para outro país dependerá, também, de licença do IBAMA.

c) O Chefe do Poder Executivo não poderá instituir novas APP's, já que o rol do artigo 4º do Código Florestal é *numerus clausus*.

d) Mesmo no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais haverá área de preservação permanente.

e) A área de reserva legal deverá respeitar o mínimo de 35% da área total do imóvel rural.

100. Assinale a alternativa correta:

a) Um dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos é a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, excluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

b) A outorga de direito de uso de recursos hídricos e a cobrança pelo uso dos recursos hídricos são sinônimos, perfazendo um único instrumento da PNRH.

c) Um dos princípios básicos do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH é a centralização da obtenção e produção de dados e informações.

d) Os recursos hídricos são públicos, podendo pertencer a União, aos Estados, ao DF e aos Municípios.

e) Não está sujeito à outorga o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.